

*Interdependência temporal e sintomas
“crísicos”: uma análise da ideia de crise no
pensamento histórico contemporâneo*

**Gabriel Fernandes Barbosa
Sanchez**
Mestre em História pela
Universidade Federal de Goiás.

Resumo: Esse artigo procura analisar a ideia de crise na disciplina histórica difundida na segunda metade do século XX. Para isso, procuramos abordar a percepção de crise enquanto conceito processual inerente à lógica das transformações paradigmáticas.

Palavras-chave: Crise; temporalidade; paradigma.

Temporal interdependency and “crisical” symptoms: an analysis of the idea of crisis in contemporary historical thinking

Abstract: This article intent to analyze the idea of crisis in the historical discipline in the second half of the twentieth century. For this, we approach the perception of crisis as a inherent procedural concept to the logic of the paradigmatic transformations.

Keywords: Crisis; temporality; paradigm.

G. K. Chesterton (1874-1936) desenvolveu, paralelamente à carreira de ficcionista, uma vasta obra ensaística. Em 1906, publicou um importante volume intitulado *Ortodoxia*, cuja temática procurava discutir os caminhos que o cristianismo havia tomado desde o advento da Reforma, defendendo de forma provocativa a ortodoxia primitiva da doutrina cristã. No capítulo *O suicídio do pensamento*, Chesterton desenvolve um argumento em que tenta rebater o gradativo estabelecimento de uma tendência intelectual de dúvida exacerbada em relação à razão. “Todo o mundo moderno está em guerra contra a razão; a torre já oscila” (CHESTERTON, 2009, p. 55). Para ele, a autoridade religiosa de seu tempo havia se voltado para uma posição de intolerância e, paradoxalmente, o materialismo caminhava para se tornar um duplo dessa manifestação, uma vez que ambos possuiriam a mesma natureza primária e autoritária. Segundo o autor, essas constatações fazem parte de um

sintoma da modernidade tardia em que o pensamento perde sua capacidade de fazer conexões devido a um bloqueio causado pela individualidade de um tempo que, ao procurar romper com as gerações anteriores, se vê inseguro ao ter que lidar com transformações. O progresso possui como condição intrínseca a mudança, porém, para Chesterton, uma alteração fundamental em padrões históricos torna inviável refletir sobre o passado, ou mesmo sobre o futuro. Portanto, lidar com a mudança em um determinado padrão, ou ortodoxia, exige que a realidade contingente da contemporaneidade de quem analisa seja interpretada como uma unidade com circunstâncias pretéritas e ulteriores. Qualquer tendência que se sobressaia como um cisma dentro de um padrão preexistente tende a ser analisada como definitiva e com maior autoridade em relação ao já existente. Há nesses casos um risco em relegar às gerações futuras um conhecimento distorcido do passado, dificultando a expansão do pensamento dos partícipes desse tempo por permitir o entendimento de que o pensamento humano que não compactua com a tendência em voga, não possui validade (Ibidem, 2009, p. 56). Aquele que entende a mudança como fator decisivo do progresso (aqui visto como melhoria, e não como teleologia) deveria, segundo o autor, desafiar seu tempo fugindo daquilo que ele chama de “ideal de monotonia” (Ibidem, p. 60) na intenção de exercer em sua plenitude sua capacidade de leitura de mundo e, conseqüentemente, criar condições de lidar com a mudança de forma serena e responsável.

O exemplo é didático. Criou-se na tradição recente da teoria da história um campo de investigação fundamentalmente semelhante ao de Chesterton, em que há uma interpretação dos debates realizados a partir da década de 1960 como um período de “crise” para a disciplina. No núcleo desse argumento, há uma série de direções para tentar situar a história em um local seguro passível de legitimação, justificação e validação: crise de paradigmas, crise de sentido, fim da história, predomínio do discurso, representação, pós-modernidade etc. Discute-se um deslocamento fundamental do referencial na pesquisa histórica. O modelo estabelecido na modernidade baseado em uma perspectiva cientificista inspirada nas metanarrativas de cunho teleológico seria contraposto às novas matrizes paradigmáticas, onde há um questionamento exacerbado sobre a possibilidade de estudo do passado devido à primazia dada ao discurso em detrimento do método que estabeleceria uma conexão confiável entre a historiografia e o real. Nesse cenário, os principais teóricos da história colocam como problema a capacidade da história de produzir significado através do confronto com as fontes e sua

organização em um discurso dotado de sentido, uma vez que, segundo a perspectiva adotada pela modernidade, o conteúdo do texto seria um reflexo do passado em si, já que sua urdidura estaria amparada pelo acesso e análise de documentos. Nesse sentido, a teoria da história contemporânea passa a ser a disciplina que expõe as fragilidades de um conhecimento que foi tido como seguro durante mais de um século de institucionalização acadêmica.

Mas, partindo dessas informações, surge o questionamento que guia este artigo: por que crise? Talvez o principal vetor argumentativo que orienta essa ideia de crise se refira a uma dúvida em relação ao estatuto científico da história enquanto disciplina que investiga e significa o passado. A aproximação da história com a literatura, por exemplo, enxerga na narrativa histórica o principal problema para o estabelecimento epistemológico da disciplina. Hayden White, um dos principais autores responsáveis por esse giro, alertava, em um texto clássico de 1974,¹ que as narrativas históricas seriam “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p. 98, grifos do autor). Essa mudança de ênfase de fato abala o sustentáculo estabelecido durante o século XIX, em que a história poderia fazer frente ao avanço dos modelos oriundos das ciências naturais através de um método imparcial e passível de regulação e comprovação de fenômenos. Ocorre que nas décadas seguintes, no contexto que nos propomos analisar, os periódicos destinados à divulgação das pesquisas no campo da teoria da história se tornaram campos de discussões que, em nosso entendimento, trouxeram avanços significativos para o fortalecimento crítico e analítico da disciplina, porém, em contrapartida, desvirtuaram o que de mais importante a história pode oferecer, sua capacidade de gerar sentido e de promover a tolerância em uma sociedade ainda profundamente idiossincrática e incapaz de promover a convivência pacífica com a diferença. Roger Chartier chamou essas discussões de “falsos debates”, uma vez que tinham como ponto de partida a ideia de irreduzibilidade de um cisma (partilha) entre a objetividade das análises estruturais e a subjetividade das representações (CHARTIER, 1990, p. 19-20). Utilizando o exemplo de Chesterton, o radicalismo encontrado em algumas vertentes da teoria da história em seu período de crise no século XX contribuiu para uma perda da capacidade de estabelecimento de conexões com uma tradição que, mesmo nos momentos mais agudos

¹ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.

de cisma, manteve sua relevância na elaboração dos construtos mentais acerca do passado. Nesse sentido, acreditamos que um dos problemas centrais está em um deslocamento da noção de temporalidade na pesquisa histórica.

Está claro que as teses na teoria da história da segunda metade do século XX fazem parte de uma mudança da disciplina em termos de fundamentação crítica, que pressupõe uma ampliação de possibilidades teórico-metodológicas. Segundo Edgar Morin (2007), qualquer evolução, seja no campo biológico, político ou científico, não se manifesta de forma regular e frontal. Nesse sentido, o estabelecimento de um novo paradigma, por exemplo, começaria a ser gestado de forma marginal e, através de uma série de rupturas transgressoras, se desenvolveria até se tornar maduro. Esse mecanismo, de acordo com Morin, obedeceria a seguinte ordem: 1) inovação; 2) transgressão; 3) tendência; 4) nova norma ou ortodoxia (MORIN, 2007, p. 16). Segundo esse modelo, é possível constatar uma imprescindível dinâmica temporal entre passado, presente e expectativa projetada de um futuro, onde a ideia de crise esvazia-se, ainda que permaneça semanticamente válida.

No caso da crise do pensamento histórico que discutimos, não cabe questionar que seus fundamentos residem em uma problemática dialógica com os modelos estabelecidos na modernidade, especialmente na historiografia do século XIX, pois esse é seu preceito básico. Nesse contexto específico, houve uma redefinição incisiva na concepção norteadora da pesquisa histórica no que se refere à relação do indivíduo que estuda o passado e a orientação temporal de sua abordagem. A ruptura com o modelo teleológico amplamente utilizado no século XIX dá lugar a uma realidade fragmentária, cujos discursos acerca do passado aparecem de forma refratária, não obedecendo à premissa teórico-metodológica de causalidade subsumida a um determinado objetivo, uma realidade idealizada de um fim. Nesse caso, o problema reside no confronto com as propostas estabelecidas pelo projeto moderno. Em nossa abordagem, esse confronto deve ser analisado através do deslocamento das formas de discurso acerca do passado que perpassam por uma perspectiva cética em relação à capacidade da história de estabelecer sentido e coerência à experiência temporal humana através do resultado de sua pesquisa. Conforme nos orienta Jörn Rüsen (2001), a disciplina histórica também obedece à contingência que permeia seu objeto. Nesse sentido, assim como os fenômenos humanos estudados em contextos espaço-temporais, a ciência histórica também passa por revisionismos, reavaliações e alterações. Portanto, a pergunta

permanece: por que crise?

Edgar Morin, ao analisar o século XX em um texto escrito em 1981 intitulado *Para onde vai o mundo?* (2007), estabelece a década de 1970 como o período central no estabelecimento de um cenário de incertezas. Essa assertiva seria constatada pela falência da ideia de um *continuum* progressivo, em que a premissa de um desenvolvimento linear das condições civilizatórias (tecnologia, ciência, economia, industrialização, consumo, moral) estaria comprometida pela percepção de que, embora a humanidade tenha experimentado um significativo avanço no bem-estar proporcionado pelos avanços tecnológicos, a linearidade evolutiva não se sustentaria, por conta da tensa coexistência entre melhoria tecnológica e barbárie. O autor menciona o termo “forças da morte” para exemplificar a institucionalização do aniquilamento de outrem em função de interesses de ordem político-ideológica que impossibilitam a manutenção da ideia de uma sociedade em marcha evolutiva intermitente (MORIN, 2007, p. 21). Certamente os eventos críticos do século XX que possibilitaram essa (re)avaliação de um modelo até então seguro não poderiam ser previstos e, devido a esse caráter eventual do inesperado na história humana, chegamos a um momento em que o termo crise se estabelece como tônica das sociedades contemporâneas em suas mais diferentes manifestações. Morin analisa esse contexto de incertezas como sintomas “crísicos” ao definir sua ideia de crise:

(...) digamos inicialmente que o emprego multiplicado pelo termo crise (crise do progresso, crise das civilizações, crise da adolescência, crise do casal etc.) vem da própria multiplicação dos sintomas “crísicos”... Tentemos definir o termo. Numa primeira abordagem, a crise se manifesta não somente como uma fratura no interior de um *continuum*, perturbação num sistema até então aparentemente estável, mas também com o crescimento das eventualidades, isto é, das incertezas. Ela se manifesta pela transformação das complementaridades em antagonismos, pelo aumento rápido das transgressões em tendências, pela aceleração do processo desestruturante/desintegrante (*feedback* positivo), pela ruptura das regulações, pela deflagração de processos incontrolados tendendo a autoamplificar-se por si mesmos ou chocar-se violentamente com outros processos igualmente antagônicos e

incontrolados (MORIN, 2007, p. 23).

De acordo com essa definição, a crise é inseparável do desenvolvimento. O antagonismo entre modelos distintos se torna motor para o avanço. O caráter “crísico” da realidade social humana é, portanto, a condição transformadora que engloba desorganização e reorganização. Nesse sentido, a causalidade teleológica da modernidade deve ser substituída por uma causalidade complexa (multicausalidade) sustentada na interdependência temporal entre futuro, passado e presente. Se a evolução de uma sociedade ou disciplina não obedece a leis deterministas, seu desenvolvimento e mudanças em contextos eventuais são influenciados por uma multicausalidade baseada em inter-retro-ações que se combinam e se desafiam em um movimento perpétuo. A ideia de que o presente serve de base para a indagação do passado e que, por isso, possui sustentáculos que permitem garantir um conhecimento seguro tanto de si como do pretérito se esvazia nessa concepção de multicausalidade. O passado é construído pelo presente através de um movimento duplo de retrospectiva (escolhe-se aquilo que se quer estudar) e prospecção (estabelecem-se os resultados que o objeto escolhido produziu no futuro do passado, seja ele o contexto do historiador ou uma realidade anterior a do historiador, mas posterior ao objeto em análise). Segundo Morin, é esse duplo movimento que cria a ilusão de que eventos pretéritos justificam os ulteriores como se a trama desses eventos fosse preestabelecida e previamente conhecida, o que acaba por transformar o imprevisto em algo provável e, conseqüentemente, relegar o que não aconteceu como algo inevitável, uma vez que já foi estabelecido a relação causal entre passado e futuro do passado. “O conhecimento do presente requer o conhecimento do passado que, por sua vez, requer o conhecimento do presente” (MORIN, 2007, p. 13).

Ilya Prigogine afirma, citando Karl Popper, que o senso comum pressupõe que todo evento tem como causa outro evento predecessor, dessa forma, qualquer evento estaria passível de ser explicado ou mesmo predito (PRIGOGINE, 1996, p. 9). Segundo Rösen, essa característica ilusória, que Edgar Morin menciona, seria fruto do processo de racionalização que o pensamento histórico sofreu a partir do Iluminismo, cujo aperfeiçoamento se deu no historicismo do século XIX, que estabeleceu a crítica das fontes e a interpretação como formas de transformar fatos em fatos históricos, contribuindo, dessa forma, para a sedimentação da ideia da história como “uma ligação

temporal entre o passado, o presente e o futuro, dotada de sentido” (RÜSEN, 1997, p. 87). Prigogine resume o problema apresentando as questões que se colocam nesse determinismo temporal:

Esta tensão no interior do senso comum traduz-se no pensamento ocidental por um problema maior, que William James chamou de “dilema do determinismo”. Esse dilema tem como desafio nossa relação com o mundo e particularmente com o tempo. O futuro é dado ou está em perpétua construção? É uma ilusão a crença em nossa liberdade? É uma verdade que nos separa do mundo? A questão do tempo está na encruzilhada do problema da existência e do conhecimento. O tempo é a dimensão fundamental de nossa existência. (...) em termos da descrição fundamental da natureza, não há *flecha do tempo* (PRIGOGINE, 1996, p. 9-10, grifos do autor).

Nesse ponto, temos a base do modelo proposto por Morin, em que novas ortodoxias (em nosso caso, as teses do período crítico da teoria da história na segunda metade do século XX) surgem através de uma dinâmica contínua que reavalia constantemente os postulados teórico-metodológicos então vigentes para que as demandas do contexto contemporâneo exerçam as transformações no interior da disciplina. Inicialmente essas transformações são tidas como inovações, posteriormente como transgressões e, por fim, como uma tendência. O caráter crítico permeia toda a atividade historiográfica e a interdependência temporal que estabelece um fluxo constante de questionamento e de reavaliação não permite a visão difundida por muitos teóricos de cisma ou alteração paradigmática definitiva. Trata-se de um movimento natural e necessário para a manutenção da relevância da ciência histórica.

Para compreendermos melhor esse argumento, tomemos como eixo a discussão empreendida por Thomas Kuhn no que se refere ao caráter móvel das ciências. Em texto intitulado *A tensão essencial: tradição e inovação na pesquisa científica* (KUHN, 2011), Kuhn faz um alerta importante para a análise de períodos de transformações no interior das ciências. Para ele, a tarefa mais importante em momentos de crise é evitar a observação das diferentes propostas em jogo e tentar o produzir o máximo com as ferramentas que já estão disponíveis. Essa assertiva traz uma implicação que se

assemelha às inter-retro-ações de Morin, no sentido de observar que na condução da prática científica a convergência é tão importante como a divergência. Afirmar algo desse tom estabelece que qualquer eventual situação vista como definitivamente crítica é equivocada, devendo prevalecer sempre um diálogo entre tradição e inovação. Nessa condição dialógica, Kuhn observa que a dinâmica de transformação das ciências não é passível de predição, sendo a maioria delas ocorridas de forma quase acidental, graças, no caso da história, a um novo conceito, uma nova releitura do passado ou algum resultado inesperado que algum tipo de fonte desconhecida ou pouco estudada proporciona. A partir da constatação de uma mudança fundamental em uma certa ordem, o cientista (nesse caso, o historiador) precisa rearranjar os postulados que até então guiavam sua prática enquanto pesquisador.

Essa tensão entre modelos preestabelecidos (tradição ou ortodoxia) e a inovação (transgressão ou heterodoxia) estaria localizada na própria natureza do conhecimento. Entretanto, esse ponto de vista foge à maioria dos pesquisadores, e na história essa fuga é ainda mais acentuada. Isso se deve especialmente a dois fatores: 1) um pesquisador geralmente é um resolvidor de enigmas dentro de padrões preestabelecidos, e não um inovador ou criador (KUHN, 2011, p. 250); 2) a emergência de novos pontos de vista sobre um determinado problema dificilmente denota consenso entre os membros da comunidade científica em um primeiro momento (Ibidem, p. 248). A ausência desse fator consensual faz com que, em certos momentos, coexistam em uma determinada prática científica diferentes correntes disputando a predominância entre seus partícipes. Essa “disputa” entre modelos ortodoxos e novas propostas tangenciando a prática considerada segura e consensual gera uma situação de crise. Utilizando o argumento de Edgar Morin, esse momento estaria localizado entre as etapas um (inovação) e dois (transgressão) da construção de novos padrões da produção do conhecimento.

Se considerarmos o imaginário acerca de uma crise para a disciplina histórica a partir da relação dialógica entre tradição e inovação, é necessário que levemos em consideração a mecânica do estabelecimento de padrões inseridos na condução da prática científica. Kuhn, enquanto historiador da ciência e observador do funcionamento interno de suas manifestações, desenvolveu suas ideias iniciais contidas em *A tensão essencial* a partir da noção geral de paradigma. Em *A estrutura das revoluções científicas* (2011), o autor aprimora sua ideia de tensão, elaborando um eficiente aparato interpretativo para o funcionamento das práticas científicas. Embora Kuhn refira-se à ciência de uma forma geral, enfatizando especialmente as ciências naturais por meio dos

exemplos selecionados para sustentar sua teoria, podemos deslocar seus conceitos para a história sem perder a densidade e aplicabilidade de suas propostas.

Segundo o autor, a condução de pesquisas científicas só é possível mediante a existência de determinadas regras, conceitos e métodos amplamente aceitos pela comunidade específica de pesquisadores. O conjunto desses elementos foi construído ao longo do tempo por indivíduos que precedem a prática contemporânea de determinada disciplina, fornecendo, dessa forma, os fundamentos no qual os trabalhos desse segmento se basearão. Quando esse conjunto de normas recebe o reconhecimento e gera um certo consenso, estabelece-se um paradigma (Ibidem, p. 29-30). Na história, o modelo fundador da disciplina elaborado nos séculos XVIII e XIX reúne uma série de procedimentos, práticas e conceitos comumente identificados como paradigma moderno. À medida que determinado paradigma ganha adeptos e passa a ser executado sem maiores questionamentos, ele se torna, segundo Morin, uma norma ou ortodoxia. A partir disso, tal prática paradigmática passa a incorporar o que comumente se identifica como tradição. Nesse ponto temos o problema responsável pelo surgimento de momentos críticos, identificados aqui como crises.

Levando em consideração a já mencionada existência de dois tipos fundamentais de pesquisadores (aquele que apenas resolve enigmas e aquele que cria), partimos do pressuposto de que aquele pesquisador que realiza suas atividades levando em consideração apenas o corpus inserido em um determinado paradigma exercerá a função básica de preencher páginas de roteiros e manuais. Já aquele que orienta sua atividade pensando sua disciplina no intuito de inová-la partirá sempre dos limites do paradigma vigente para ampliar seus horizontes e aprimorá-lo por meio de novas perspectivas até então desconsideradas. Nessa abordagem, de acordo com Kuhn, surgem os períodos de redefinição dos postulados de determinada ciência, que tanto oprimem aqueles apegados à ordem estabelecida por paradigmas consolidados.

Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos mais importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Isso pode ser deixado para os autores de manuais. Mas, dado o manual, o cientista criador pode começar suas pesquisas onde o manual a interrompe e desse

modo concentrar-se exclusivamente nos aspectos mais sutis e esotéricos dos fenômenos naturais que preocupam o grupo. Na medida em que fizer isso, seus relatórios de pesquisa começarão a mudar, seguindo tipos de evolução que têm sido muito pouco estudados, mas cujos resultados finais modernos são óbvios para todos e opressivos para muitos (KUHN, 2011, p. 40).

O trecho supracitado elucida um problema de ordem teórica que tanto foi abordado por Jörn Rüsen nas últimas décadas. Em defesa de uma maior difusão da teoria da história, Rüsen (2001) argumenta em sua *Razão Histórica* que a vasta maioria dos historiadores não pensa as categorias básicas de seu ofício, tomando como pressupostos implícitos determinados postulados normativos da operação historiográfica. Isso se deve, de acordo com o que expomos da obra de Kuhn, ao problema da ausência de reflexão e inquirição dos mecanismos internos (sutis) da própria disciplina, onde a fundamentação de determinados paradigmas exigem o pesquisador de considerar problemas básicos.² No caso da história, raros são os historiadores que consideram questões sobre a natureza da disciplina, como a real possibilidade de apreensão do passado, a forma como o discurso histórico é apresentado e os limites da comprovação documental. Nesse sentido, no cenário de crise que abordamos, Hayden White, por exemplo, seria uma espécie de modelo de pesquisador criador nos termos colocados por Kuhn, já que ele parte dos limites impostos pelo paradigma moderno para repensar pressupostos básicos da pesquisa histórica para então fundamentar uma nova forma de enxergar o fazer historiográfico.

Com efeito, o exemplo de White é esclarecedor para compreendermos a dinâmica do trânsito paradigmático. De acordo com Kuhn, pesquisadores de índole criativa tendem a refutar postulados estabelecidos para investigar determinados problemas sob novas perspectivas. No caso de White, a emergência de sua teoria no

² No texto *A história da ciência*, inserido na coletânea *A tensão inicial*, Thomas Kuhn desenvolve esse problema ao comentar a resistência de novos pesquisadores de consultarem obras fundadoras, como a *Física* de Aristóteles, por exemplo. Isso ocorre, segundo o autor, devido à tendência da ciência moderna de tomar esses tipos de obras como obsoletas pelo simples fato de teorias posteriores já terem provado que os postulados contidos nelas estavam errados. Para Kuhn, isso reflete a importância do consenso de comunidades de pesquisadores em relação a determinados paradigmas, responsável por inibir a atividade criativa do jovem cientista. Citando a Bertrand Russell, ele afirma que, ao estudar um determinado autor, não se deve procurar onde ele errou, e sim partir de uma “simpatia hipotética” para tentar compreender como esse autor chegou às conclusões que sua obra demonstra, ao ponto de podermos compreendê-lo e até mesmo acreditar naquilo que ele propôs. Autores como Alexandre Koyré, Anneliese Maier e E. J. Dijksterhuis seriam pioneiros por combaterem esse tipo de perspectiva dentro da filosofia da ciência (KUHN, 2011, p. 130-131).

âmbito da história coloca em discussão determinadas certezas construídas durante a fase da historiografia moderna, problematizando, por exemplo, o ideal de cientificidade da disciplina subsumida a uma relação ordenada entre fonte e o real. Ao realizar essa problematização, obras como *Metahistory* oferecem uma nova matriz de abordagens para a pesquisa histórica, invertendo a lógica interna da disciplina ao aproximá-la da literatura e das análises do discurso. Não obstante a narratividade e o discurso histórico serem hoje parte do corpus de objetos amplamente pesquisados por historiadores das mais diversas tendências, a inversão causada por autores como White foi responsável por um período de incerteza e insegurança para a comunidade de pesquisadores. Esse período de trânsito entre a emergência de um novo paradigma e sua absorção por parte dos pesquisadores é identificado como um cenário, também transitório, de crise. Segundo Kuhn:

A emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período de insegurança profissional pronunciada, pois exige a destruição em larga escala de paradigmas e grandes alterações nos problemas e técnicas da ciência normal. Como seria de esperar, essa insegurança é gerada pelo fracasso constante dos quebra-cabeças da ciência normal em produzir os resultados esperados. O fracasso das regras existentes é o prelúdio de novas regras (KUHN, 2001, p. 95).

Notamos que o surgimento de novos paradigmas acarreta um necessário diálogo com a tradição. Nesse sentido, se levarmos em consideração colocações feitas por Morin e Kuhn, uma prática científica como a história, em trânsito contínuo, é interdependente do que foi construído antes, e mesmo do que pode vir a ser construído mediante o horizonte de expectativa aberto pela pesquisa. A ideia de crise, portanto, obedece a uma situação de desconforto originária em um cenário de incerteza quanto à orientação normativa do ofício do historiador. Crise, nesse caso, parece funcionar como uma engrenagem para o funcionamento da própria história enquanto fenômeno temporal humano e como disciplina.

Jacob Burckhardt (1818-1897), embora não fosse epistemólogo, tratou precocemente do assunto, configurando-se como um dos raros historiadores a perceber essa dinâmica “crísica” da história como positiva, ainda no século XIX. Sem nenhum tipo de alarde e com a serenidade comum de seus escritos, Burckhardt chamou as crises históricas de “processos acelerados” (BURCKHARDT, 1964, p. 164), vendo nos

momentos críticos da humanidade (e aqui incluímos as mudanças no campo das ideias) oportunidades de depuração cultural. Utilizando a analogia da guerra, o autor argumenta que períodos prolongados de paz fazem com que as existências tendam a se tornar precárias e extremamente acomodadas a direitos adquiridos e a zonas de conforto. A guerra, ou conflito, por outro lado, “força” os indivíduos a reorganizarem seus postulados e a redefinirem suas existências. O exemplo é claramente provocador e certamente a violência da guerra serve mais como metáfora do que como alternativa real. Contudo, o que Burckhardt enfatiza é uma necessidade de não ser dominado pela impressão imediata causada, por exemplo, por uma guerra ou mudança normativa em uma profissão qualquer. A tendência em momentos como esse é a de se deixar levar pela ideia negativa de irredutibilidade dos contextos, quando na verdade é especialmente nessas situações que a maioria das portas ocultas se mostram. Burckhardt, adepto da mudança como fator benévolo, entendeu a vacuidade da ideia de crises apregoadas ao menor sinal de dissonância em uma determinada ordem cuidadosamente encenada ao longo das eras, e embora não tenha vivido para presenciar o agravamento desses sintomas nas mais diversas esferas das sociedades contemporâneas, ele compreendeu o risco de se tentar evitar as crises como meio de perpetuar instituições. Assim,

(...) uma crise, determinada por um só fator, logo leva de roldão outros fatores, aproveitando-se do impulso que eles puderam dar à sua propagação, predominando a mais completa incapacidade, entre todos os seus participantes, em precisar qual dos fatores que a integram prevalecerá finalmente. Tanto os indivíduos como a massa atribuem tudo que lhes causa desconforto às condições predominantes no passado mais recente, sem jamais reconhecer que, na maioria dos casos, se trata de falhas determinadas pela própria imperfeição inerente ao ser humano. Bastaria, para disso convencer-mos, contemplar um momento de penúria de tudo que é terreno, a parcimônia extrema com que a natureza laça mão de seus recursos, exceto no âmbito da vida humana, estes exemplos bastariam como prova, no entanto, costuma-se pensar que a História se comporta de maneira diferente da Natureza. Na fase final de uma crise, dela participam todos os que queiram uma mudança qualquer no estado de coisas atual (BURCKHARDT, 1964, p. 176).

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. *Topoi: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, Sete Letras, v. 2, 2001.

BARTHES, Roland. O discurso da História. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: _____. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

CARR, David. *Time, Narrative and History*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHESTERTON, Gilbert K. *Ortodoxia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009.

FAY, Brian. The linguistic turn and beyond in contemporary theory of history. In: FAY, Brian; POMPER, Philip; VANN, Richard T. (orgs.). *History and Theory: contemporary readings*. Malden: Blackwell Publishers, 1998. p. 1-12.

KUHN, Thomas S. As relações entre a história e a filosofia da ciência. In: _____. *A tensão essencial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 27-44.

_____. A história da ciência. In: _____. *A tensão essencial*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 127-144.

MORIN, Edgar. *Para onde vai o mundo?* Petrópolis: Vozes, 2007.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

RUSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da História – Os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. A História entre a Modernidade e a Pós-Modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 26/27, 1997.

_____. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n. 1, 1996.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.